

SUMÁRIO DO VOLUME II

APRESENTAÇÃO DA EDITORA.....	5
NOTA DO DIRETOR.....	7
SOBRE O DIRETOR.....	9
COLABORADORES DO DIRETOR.....	11
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	13

VOLUME II

Direito Processual Penal

PARTE XII • Provas

67. A quem cabe o ônus da prova?.....	21
68. A quem compete provar o álibi?	44
69. Cabe condenação com base nas provas colhidas no inquérito policial?.....	58
70. Pode o juiz, validamente, determinar a produção de provas de ofício?	81
71. É admissível, de algum modo, a prova ilícita no processo?.....	96
72. A filmagem produzida pela vítima ou captada por terceiro é prova ilícita?	127
73. Como analisar a gravação clandestina no contexto da ilicitude da prova?.....	147
74. Admite-se o recebimento da denúncia ou queixa sem o exame de corpo de delito nos casos de crimes que deixam vestígios?	171
75. A perícia, nos crimes contra as relações de consumo, é indispensável?	187
76. Nos delitos sexuais, como se prova a materialidade?	201
77. O exame de corpo de delito, relativo à lesão corporal grave, por incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, demanda exame complementar obrigatório? Em qual prazo?	220
78. O bafômetro equivale à perícia de laboratório para fins de demonstração da materialidade?	233

79. Para a configuração do furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo ou por meio de escalada, depende-se, necessariamente, de exame pericial?	247
80. O exame para o reconhecimento de escritos obriga a colaboração do suspeito ou indiciado, fornecendo material?	262
81. Em que medida o juiz vincula-se à conclusão do laudo pericial?	272
82. Para a anulação de ato realizado por meio de videoconferência, mesmo anterior à edição da Lei 11.900/2009, demanda a demonstração de prejuízo?	285
83. O silêncio pode ser interpretado em desfavor do réu?	299
84. São admissíveis as reperguntas da defesa de delatado em relação a corréu delator? ...	312
85. A confissão pelo réu pode suprir laudo pericial?	334
86. A confissão é instrumento suficiente para sustentar a condenação do acusado?	349
87. Qual o valor da confissão extrajudicial?	362
88. Qual o valor da delação?	378
89. Qual o valor da palavra da vítima no processo penal?	387
90. Em que medida a prova testemunhal é apta a suprir o exame de corpo de delito?	403
91. O compromisso é indispensável para que a pessoa se qualifique como testemunha e possa cometer o crime de falso testemunho?	418
92. Como avaliar a declaração prestada por criança ou adolescente?	430
93. Qual a ordem das perguntas dirigidas às testemunhas, levando-se em conta o juiz e as partes? Eventual inversão gera nulidade?	444
94. É indispensável a presença do réu para acompanhar a produção da prova testemunhal em audiência?	456
95. É fundamental garantir a presença do acusado, acompanhando a colheita da prova testemunhal, realizada por precatória?	473
96. Deve-se intimar a defesa da data da audiência a ser realizada no juízo deprecado?	486
97. A prova testemunhal, colhida por gravação, demanda transcrição antes de seguir o processo para o segundo grau?	498
98. O reconhecimento fotográfico é apto a gerar a comprovação da autoria do crime? ...	515
99. Como se mensura o interesse ao processo para justificar a apreensão de coisas?	527
100. Cartas podem ser apreendidas e ter o seu conteúdo violado validamente?	541
101. Admite-se o mandado de busca genérico? Em que medida?	559

PARTE XIII • Procedimento e júri

102. É preciso fundamentar o recebimento da denúncia nos ritos que preveem defesa preliminar?	666
103. É admissível a denúncia genérica no concurso de pessoas?	687
104. A denúncia ou queixa alternativa é legalmente válida?	711
105. Como se caracteriza a inépcia da denúncia ou queixa?	725
106. Em que extensão deve a pronúncia ser fundamentada?	754
107. Para a pronúncia, torna-se essencial a prova certa da materialidade?	782



108. Podem ser afastadas as qualificadoras, constantes da denúncia ou queixa, por ocasião da pronúncia?.....	802
109. Como se avalia a dúvida sobre a imparcialidade do júri para o caso de desaforamento?	821
110. Em que medida devem os jurados ficar incomunicáveis?	833
111. É cabível a inovação da tese defensiva por ocasião da tréplica?	864
112. Como avaliar as referências proibidas feitas pelo art. 478 do CPP na prática dos debates? Cuida-se de nulidade relativa ou absoluta?	887

PARTE XIV • Recursos e ações de impugnação

113. O protesto por novo júri foi eliminado do sistema processual pela Lei 11.689/2008 ou ainda remanesce para os crimes cometidos anteriormente à edição da referida lei? ..	905
114. Interposta apelação somente pelo órgão acusatório, é viável decisão em favor do réu, se não houve pedido nesse sentido?	917
115. Como resolver o conflito entre réu e defensor no tocante ao direito de recorrer?	931
116. Tem o acusado interesse em recorrer, no caso de sentença absolutória ou decisão de impronúncia?.....	942
117. O rol do recurso em sentido estrito (art. 581 do CPP) é taxativo?	960
118. Cabe mandado de segurança para conferir efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito?	977
119. Cabe a correção de erro material, em grau de recurso, ainda que prejudique o réu, sendo somente este a recorrer?	989
120. A interposição de embargos declaratórios sempre interrompe o prazo para outros recursos?	1002
121. Em que medida a revisão criminal pode ferir a soberania do júri?	1016
122. Como interpretar o requisito de ser a decisão contrária à evidência dos autos?	1031
123. É cabível revisão criminal para alterar a pena anteriormente imposta?	1047
124. A quem cabe o ônus da prova na ação revisional?	1056
125. Cabe revisão criminal contra incidentes da execução penal, particularmente a unificação de penas?	1067
126. A procedência de revisão criminal, em caso de erro judiciário, gera direito de indenização ao condenado, consagrando-se a responsabilidade objetiva do Estado?.....	1079
127. Cabe mandado de segurança para questionar a quebra de sigilo (fiscal, bancário ou telefônico)?	1098
128. Cabe <i>habeas corpus</i> para combater punição disciplinar militar?	1109
129. Cabe <i>habeas corpus</i> para discutir progressão de regime?	1120

PARTE XV • Execução penal

130. A lei penal benéfica deve ser aplicada, após o trânsito em julgado de decisão condenatória, pelo juízo da execução penal ou por meio de revisão criminal?.....	1132
---	------